

**Tema central:
Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes
colaborativas no contexto da pandemia**

22 a 24 de junho de 2021, online

Iniciativa e Realização

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**

Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – **FAAC**

Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

O uso de vídeo com celulares como ferramenta para o exercício da comunicação cidadã: a experiência do projeto de extensão Territórios Atingidos e Produção de Vídeo como Prova¹

Adriana Bravin e Evandro Medeiros
Universidade Federal de Ouro Preto (MG)
Docentes do curso de Jornalismo

Resumo Expandido

O projeto de extensão “Territórios Atingidos e Produção de Vídeo como Prova”, realizado em 2020, pelo Departamento de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto, consistiu na realização de oficinas, ministradas no formato on-line, com aulas síncronas, de produção de vídeos com o uso de smartphones voltadas às comunidades atingidas pela mineração nas cidades de Mariana e Ouro Preto (MG). Nosso objetivo foi apoiar as comunidades na produção de provas audiovisuais sobre situações de desrespeito aos direitos humanos e de injustiça socioambiental envolvendo a mineração. Planejado para ocorrer presencialmente, em Mariana, o projeto foi reformulado para o modelo de encontros on-line, em função da pandemia da Covid-19, o que possibilitou o alcance de um grupo de moradoras do distrito de Antônio Pereira (localizado em Ouro Preto) que havia recém-constituído a Comissão de Atingidos da Barragem de Doutor, em Ouro Preto. Também alcançamos integrantes da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão, residentes na localidade de Paracatu e na cidade de Mariana.

¹ Trabalho apresentado no **GT1 – Meios e Processos de Comunicação para a Cidadania** da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, de 22 a 24 de junho de 2021, na modalidade online – realizada por ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã e UNESP – Universidade Estadual Paulista / FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação social.

Esses grupos constituíram-se de formas distintas, mas ambos relacionados aos conflitos socioambientais desencadeados pelas mineradoras. No contexto dos traumas resultantes do desastre² com a barragem de Fundão, da empresa mineradora Samarco (Vale/BHP Billiton), em 5 de novembro de 2015, as populações atingidas no município de Mariana, epicentro do desastre, como agricultores familiares e populações que viviam/vivem nos distritos atingidos (Bento Rodrigues, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Borba, Pedras, Barreto e Gesteira), enfrentam enormes desafios decorrentes do deslocamento de seus locais de origem, além da luta pela reparação justa das perdas e dos danos e pela reconstrução de seus territórios. As dificuldades para a retomada da vida são também uma expressão da extensão espaço-temporal do desastre que permanece desafiando atingidos e atingidas, advogadas e advogados populares, movimentos sociais, sistema judicial e poderes públicos com imprevisíveis consequências futuras, a exemplo da gravidade dos riscos à saúde para aqueles e aquelas expostos à toxicidade dos ambientes atingidos pela lama, conforme estudo produzido pela Ambios Engenharia e Processos (AMBIOS, 2019). Além disso, uma infinidade de reuniões de negociações sobre processos de reparação arrasta-se, desde 2015, causando desgastes emocionais ainda maiores.

Após o rompimento da barragem da empresa Vale, em Brumadinho (em janeiro de 2019), várias barragens de rejeitos de mineração passaram a ser classificadas em situação de risco, dentre elas, a Barragem de Doutor, em Antônio Pereira. O terror generalizado foi instalado entre a população que vive próxima dessas estruturas, diante da insegurança e do risco calculado (de um possível rompimento) nunca antes divulgado. O alerta sonoro (sirene) que anuncia o risco já foi ouvido em pelo menos quatro cidades mineiras: Barão de Cocais, Itatiaiuçu, Nova Lima e Ouro Preto, onde está o distrito de Antônio Pereira. Esta localidade, onde inclusive vivem trabalhadores da empresa mineradora, está sofrendo “evacuação” forçada de parte de sua população da região que seria atingida imediatamente com um possível rompimento.

Em Antônio Pereira, o risco da barragem foi elevado após ela entrar na lista das que serão “descomissionadas” pela empresa Vale - este termo designa um complexo processo de “desmonte” dessas megaestruturas como forma de reduzir riscos (e passivos) futuros da mineração. Para atingidos e atingidas, esse tipo de ação caracteriza o “terrorismo de barragem” (“O TERRORISMO...”, 2019). Foi justamente esse grupo, que viveu 2020 sob uma tripla pressão - pandemia, ameaça da barragem e expulsão de seu território -, que participou com maior afinco da oficina promovida pelo projeto, o que nos indicou que alcançamos plenamente um de nossos

² Consideramos pertinente retomar a definição de Espíndola (2019) para o termo “desastre” uma vez que os fatores espaço-temporais estão intrinsecamente relacionados aqui, pois ao dizer “desastre” isso não significa restringir-se ao rompimento da barragem, mas implica também que se englobe “a sucessão de eventos que perduram no tempo e se mostram persistentes nos seus efeitos negativos diretos e indiretos sobre os habitats, hábitos e coabitantes, de áreas rurais e urbanas, dos rios, reservas florestais e áreas de proteção ambiental, incluindo seres humanos, flora e fauna (...)”.

objetivos que era justamente assegurar perspectivas de expressão dos testemunhos e sentimentos de injustiça que permeiam a vida nesses territórios.

É de amplo conhecimento o poder das corporações mineradoras no território aqui descrito, e a invisibilidade das situações de injustiça potencializadas e desencadeadas pelo desastre socioambiental da Vale/ BHP Billiton/Samarco e pelo “terrorismo de barragem”. Entende-se que tais situações resultam de relações assimétricas no acesso e distribuição do poder diante da disputa território-espacial que configura o conflito - a exemplo de decisões tomadas desde a gestão do território e que resultaram, por exemplo, na construção de barragens de rejeitos de mineração em locais que ameaçam populações e bacias hidrográficas. A vida nessas localidades atingidas e ameaçadas não será mais a mesma e é preciso considerar que, nos próximos anos, na luta em defesa dos direitos humanos, civis, culturais e territoriais dessas populações, importam tanto as formas de expressão dos sentimentos de indignação, para que não sejam invisibilizadas pelo poder corporativo, como a documentação e produção de provas a respeito de injustiças.

Estar em uma situação de conflito, como a que envolve a população nos territórios atingidos pela mineração, é estar na maioria das vezes dependente de decisões tomadas por outros. Mas, estar nesses territórios é também estar permanentemente em contato com aquilo que lhe vulnerabiliza, logo, ser profundo/a conhecedor/a das injustiças (sofridas) e das situações de desrespeito. Nesse sentido, câmeras cumprem um papel essencial, revelando fatos e expondo situações de violação. Entretanto, como gravar um arquivo que seja uma evidência crucial dos desrespeitos e injustiças sofridos, em especial nos territórios atingidos pela mineração? Como narrar sua história, em vídeo, e o que é preciso para produzir uma narrativa audiovisual convincente, especialmente no conflito em tela? Que imagens são fundamentais? Quando um vídeo pode ser tornar a prova para um caso específico e ajudar, por exemplo, a melhorar a força legal de uma evidência? Como se preparar e se proteger para produzir vídeos como prova?

Essas foram algumas das questões orientadas durante as oficinas deste projeto de extensão, que foi orientado pelo propósito de promover um espaço de cidadania que potencialize o direito à comunicação de sujeitos implicados nas situações de conflito e de injustiça, utilizando o audiovisual como linguagem e o smartphone como ferramenta. Dessa forma, a iniciativa deste projeto relaciona-se ao desenvolvimento de mecanismos de cidadania comunicativa, a partir do reconhecimento que o indivíduo adquire de sua capacidade de ser sujeito de direito e de demandas no terreno da comunicação pública e do exercício desse direito (WOTTRICH, 2013).

Cidadania aqui compreendida como a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Nesse sentido, "a cidadania não é dada aos indivíduos de uma

vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração” (COUTINHO, 2000, p. 50-51).

Além disso, a possibilidade de desenvolver potencialidades para o uso das tecnologias comunicativas pelos sujeitos envolvidos nas situações de conflito socioambiental envolvendo a mineração, como o uso dos smartphones na produção de vídeos como prova, nos leva à perspectiva de uma cidadania comunicativa, para além da relação entre direitos e deveres, incluindo-se a capacidade do cidadão de pertencer, de participar e de se posicionar. De fato, a cidadania efetiva só se dá quando existe um espaço de expressão em que os indivíduos possam se posicionar no ambiente público da comunicação. Assim, o projeto relaciona-se às demandas sociais por uma cidadania comunicativa exercida, quando há uma prática de reivindicação pelo exercício ou ampliação desses direitos.

Para realizarmos nosso propósito realizamos uma tríplice abordagem metodológica, de bases teórica e empírica: revisão conceitual sobre conflitos socioambientais e a questão mineral no território do Quadrilátero Ferrífero Aquífero (QFA)³, comunicação cidadã e cidadania comunicativa; nossa experiência acumulada em projeto de extensão anterior realizado na UFOP - Circula Vídeo -, na qual desenvolveu-se e elaborou-se material didático com a proposição de métodos de utilização do vídeo por smartphone (cuja aplicação já foi testada junto a estudantes da rede pública de Mariana); e a experiência acumulada pela ong Witness, que desenvolveu cinco protocolos para a filmagem de vídeos como provas em situação de conflito. De acordo com o relatório “Vídeo como Prova Jurídica para Defesa dos Direitos Humanos no Brasil” (VÍDEO..., 2019), realizado pela Artigo 19 e Witness, o uso desse instrumento é relativamente novo no país e um caminho importante a ser trilhado por defensores, advogados, comunicadores, vídeoativistas e qualquer cidadão que possa vir a testemunhar e filmar uma violação de direitos humanos.

Essa abordagem levou à compreensão da apropriação das tecnologias móveis de comunicação, como os celulares, como ferramentas para o exercício da comunicação cidadã e da construção de autonarrativas sobre as inúmeras situações de violação de direitos implicadas nas situações em curso nos territórios atingidos pela mineração na região do QFA. Iniciamos nossa abordagem metodológica contemplando a sensibilização e preparação do aluno bolsista do projeto, estudante do curso de Jornalismo, com leitura e fichamento das temáticas conflitos ambientais, injustiça ambiental, direitos humanos, comunicação, cidadania, e smartphones. Em seguida, estudo dos protocolos da ong Witness, preparação de slides sobre audiovisual, smartphones e comunicação, pesquisa de material audiovisual de apoio para as oficinas. Nesse percurso, também mapeamos

³ nota explicativa

atores e redes sociais que abordam a temática dos atingidos a fim de identificar os discursos que circularam sobre conflitos com a mineração durante o período da pandemia.

Ao mesmo tempo, intensificamos os contatos com os grupos de pessoas atingidas pela mineração, por meio da técnica da bola de neve, via contatos telefônicos e por whatsapp, ao qual nos levou ao grupo de atingidos em Antônio Pereira. Iniciamos, então, a divulgação da oficina e das inscrições, por meio de formulário online, distribuído pelo whatsapp, por meio do qual procuramos conhecer melhor o perfil do público interessado, e que nos levou aos grupos de atingidos em Antônio Pereira (Ouro Preto), Paracatu e Bento Rodrigues (Mariana).

Enquanto preparávamos o conteúdo para aulas da oficina e pesquisávamos material audiovisual para exemplificar os quadros que iríamos abordar, percebemos o quanto os discursos construídos pelas próprias pessoas atingidas pela mineração está ausente das mídias, inclusive as mídias sociais, sendo o Youtube o principal canal de pesquisa de fontes audiovisuais nesse sentido. Isso reforçou em nós a necessidade de incentivar o uso dos dispositivos móveis na produção de conhecimento e informações a respeito da vida nos territórios atingidos, um dos objetivos do projeto, pois dessa forma acreditamos ter proporcionado para o nosso público o aprendizado a respeito das funcionalidades disponíveis nos smartphones, ferramentas encontradas com facilidade em qualquer faixa social, promovendo assim a cidadania comunicativa.

Ao longo dos seis encontros síncronos no qual realizamos a oficina on-line, pela plataforma Google Meet, nos meses de setembro e outubro de 2020, pudemos perceber o quanto aqueles momentos eram mais do que aulas online, mas verdadeiros canais de troca de conhecimentos entre comunidade e universidade, de sensibilização, testemunho, desabafo e muito aprendizado, no qual todas e todos saíram transformadas/os. A ânsia em ser ouvido/ouvida, em ter sua luta reconhecida, em saber o que e como narrar os desrespeitos sofridos e, mesmo em compreender o quanto a situação vivida nos territórios para sempre modificados pela mineração era uma situação de desrespeito, mostrou-nos o quanto nossos objetivos foram amplificados. Os encontros, programados para durar 1 hora/aula por dia, chegavam a durar até 4 horas ininterruptas em função da grande necessidade do nosso público em expor os problemas enfrentados no território e de ser ouvido.

A principal forma de contribuição do público participante da oficina foi através do diálogo. Durante todo o processo das rodas de conversa/oficina, estabeleceu-se canal aberto (áudio aberto nas aulas e contatos via whatsapp e e-mail) para que as/os alunas/os pudessem opinar, perguntar, sugerir temas e conteúdos para os encontros subsequentes. Além disso, as atividades propostas foram adaptadas para atender a demanda do público, que solicitou abordagem de problemas técnicos mais comuns nas filmagens e uma roda de conversa com um advogado popular sobre questões envolvendo o direito de imagem e o direito de filmar, dentre outras. Dessa forma, contamos com a participação de uma entidade parceira no projeto, o Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular. Ao final,

iniciamos a construção de um protocolo piloto para filmagens em situação de desrespeito e injustiça envolvendo a mineração, que nos indicou a necessidade de ampliar as questões para além do uso do vídeo como prova jurídica, e as alunas realizaram três produtos audiovisuais que disponibilizamos no canal do projeto no Youtube. Sugestões foram encaminhadas, via formulário de avaliação final, o que nos auxilia para o aperfeiçoamento desta oficina em uma próxima oferta do projeto de extensão prevista para este ano.

Palavras-chave: cidadania; comunicação; smartphones; injustiça; mineração

Referências bibliográficas:

AMBIOS ENGENHARIA E PROCESSOS. Estudo de avaliação de risco à saúde humana em localidades atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão – MG: relatório final. São Paulo: AMBIOS, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2000.

“O TERRORISMO das Barragens”, In Revista MANUELZÃO. Saúde, Ambiente e Cidadania na Baciado Rio das Velhas, n. 84, março 2019, pág. 22. Disponível em: <<https://manuelzao.ufmg.br/biblioteca/revista-manuelzao-84/>>

“VÍDEO como Prova Jurídica para Defesa dos Direitos Humanos no Brasil”, Relatório elaborado pela Artigo 19 e Witness. 2019. Disponível <https://portugues.witness.org/video-como-prova-no-brasil/>

WOTTRICH, Laura Hastenpflug. **Cidadania comunicativa: Apontamentos escassos de um campo de batalhas.** IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, UFPR, 2013